O PROCESSO DE CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DA COROA DE IEMANJÁ: ENTRE O SABER TÉCNICO E O TERRITÓRIO VIVO

THE PROCESS OF DESIGNING AND BUILDING THE CROWN OF IEMANJÁ: BETWEEN TECHNICAL KNOWLEDGE AND LIVING TERRITORY

Iazana Guizzo[1]; Andressa Domingos[2]; Isabela Monteiro[3]; Mariana Werneck Martins.

[1]Doutorado em Urbanismo pelo PROURB. Professora adjunta da FAU-UFRJ | iazanaguizzo@fau.ufrj.br | FAU-UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil; [2]Graduação em Arquitetura e Urbanismo | andressa.silva@fau.ufrj.br| FAU-UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil; [3]Cursando Arquitetura e Urbanismo | isabela.monteiro@fau.ufrj.br | FAU-UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil. [3]Cursando Arquitetura e Urbanismo | mariana.martins@fau.ufrj.br | FAU-UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo:
A Coroa de Iemanjá consiste em uma pequena estrutura de bambu de 9m², projetada e construída coletivamente. O projeto é fruto da colaboração entre diversos atores e coletivos, em especial do projeto de extensão, ensino e pesquisa Floresta Cidade da FAU-UFRJ, da Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades, do Quilombo do Feital e de coletivos artísticos do Rio de Janeiro. A construção envolveu um tratamento não convencional de bambu, por meio de sua imersão nas águas da Baía de Guanabara, em um gesto ritualístico, marcando o trabalho com perspectivas contracoloniais e colaborativas advindas dos territórios parceiros. A experiência de projeto e execução da Coroa de Iemanjá expande os limites pedagógicos, epistêmicos e culturais, buscando um diálogo participativo com outras formas de vida. Essa atitude, não rara nas perspectivas afro-indígenas no Brasil, está em grande parte ausente do debate ecológico do projetar e construir em diálogo com a crise climática. Assim, os esforços empreendidos nesse projeto também debatem a noção de ecologia ligada à construção, mostrando a importância de uma dimensão sensível de relação com modos de vida não humanos. A experiência configura-se, portanto, como uma experiência coletiva e holística dos modos de ser, habitar e construir uma floresta-cidade.
Palavras-chave:
bambu; tecnologia ancestral; ritual, arquitetura participativa; baía de guanabara.

Abstract:
The Crown of Iemanjá consists of a small 9m² bamboo structure, designed and built collectively. The project is the result of collaboration between various actors and collectives, in particular the extension, teaching, and research project Floresta Cidade of FAU-UFRJ, the Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades (Great Brazilian Company of Mysteries and Novelties), Quilombo do Feital, and artistic collectives from Rio de Janeiro. The construction involved an unconventional treatment of bamboo, through its immersion in the waters of Guanabara Bay, in a ritualistic gesture, marking the work with countercolonial and collaborative perspectives from the partner territories. The experience of designing and executing the Crown of Iemanjá expands pedagogical, epistemic, and cultural boundaries, seeking a participatory dialogue with other forms of life. This attitude, not uncommon in Afro-indigenous perspectives in Brazil, is largely absent from the ecological debate on designing and building in dialogue with the climate crisis. Thus, the efforts undertaken in this project also debate the notion of ecology linked to construction, showing the importance of a sensitive dimension of relationship with non-human ways of life. The experience is therefore configured as a collective, and holistic experience of ways of being, inhabiting, and building a forest-city.
Keywords:
bamboo; ancestral knowledge; ritual, participatory architecture; baía de guanabara.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Floresta Cidade, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFRJ, busca compreender as possíveis intersecções entre os modos de habitar as florestas e as cidades, modos historicamente separados. Desde 2020, é parceiro de diversos atores na região portuária do Rio de Janeiro, promovendo práticas de ensino, pesquisa e extensão a partir de metodologias participativas e afetivas dentro e fora da universidade. Comprometido com uma educação sensível aos biomas e às outras formas de vida que coabitam conosco, com um forte vínculo com o território e com abertura a questionamentos do próprio saber hegemônico nas universidades, já realizou alguns projetos com a comunidade do bairro da Gamboa, como a reforma da Praça da Harmonia, intitulada “A Terra que Sobe”; o projeto de adaptação e mitigação climática para o Rio de Janeiro, chamado “Ponto de Floresta”; e o gazebo de bambu denominado “Coroa de Iemanjá”. Este último, apesar de seu tamanho pequeno (apenas 9m²), foi construído por meio de um processo holístico que, ao mesmo tempo em que buscou um tratamento natural contra cupins e brocas, criou vínculos comunitários, espirituais e ritualísticos com a Baía de Guanabara.

Inserido em um território atravessado por inúmeras disputas, como acesso à moradia, direito à memória e perspectivas étnicas e culturais, o projeto de extensão opera como um corpo coletivo que escuta, aprende e semeia. Por meio da convivência e da troca com saberes ancestrais, o Floresta Cidade busca aproximar o pensamento da floresta — com sua lógica de interdependência, cuidado e diversidade — da própria experiência do grupo e dos processos de concepção de projeto e execução de obra.

A principal parceira na região portuária é a Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades, uma companhia de teatro de rua e Arte Pública, com enorme valor cultural, que fomenta a arte há mais de 40 anos por meio de seus espetáculos, cortejos, projetos e oficinas. Com o convívio, o Floresta Cidade passou a realizar suas reuniões regulares na sede da companhia, visto que a faculdade não abre à noite, o principal horário de disponibilidade dos estudantes. Trabalhar diretamente no território foi possível, também, porque a sede da Companhia possui as condições físicas para trabalhos corporais. As oficinas sensoriais “Habitar Água, Habitar Fogo, Habitar Ar e Habitar Terra” são ferramentas fundamentais da metodologia afetiva utilizada pelo Floresta Cidade, que busca reconstituir comunidades, pertencimentos e laços afetivos com o planeta, junto às ações de projetos e obras, trabalhando antes com o processo do próprio grupo para, depois, agir de modo colaborativo com o território. Essa parceria demandou da extensão a realização de uma contrapartida para o território, surgindo assim o projeto de um pequeno gazebo para abrigar os equipamentos cênicos utilizados nos espetáculos eventualmente realizados na sede da Companhia. Sem recursos financeiros para a obra o desafio também se apresentou na necessidade de criá-los junto ao processo de projeto e execução. Mas essa não foi a principal instigação desse processo de projeto e execução em bambu.

Nesse sentido, a construção deveria estar permeada pelo encantamento, pois era precisamente esse o aprendizado vivenciado no encontro com o território. Ao longo dos anos de intensa convivência, o Floresta Cidade passou a aprender com a Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades a arte de encantar o espaço urbano por meio de cortejos, espetáculos e rituais cênicos, ao mesmo tempo em que se abria para leituras e cooperações fundamentadas em perspectivas contracoloniais (SANTOS, 2018), o que, inevitavelmente, ampliava o campo da arquitetura. A relação estabelecida com o território ultrapassou fronteiras disciplinares, e o convite feito ao grupo de extensão foi o de integrar-se à própria Companhia, assumindo a criação e a encarnação de “personagens-florestas”, concebidos e interpretados por arquitetos e estudantes de arquitetura.

Assim, arquitetos e estudantes foram vistos nas ruas da região portuária. no meio de cortejos populares, cobertos por figurinos de folhas secas e pintura facial, cantando, carregando estandartes e participando de atividades que promoviam a construção de outro tipo de cidade, ampliando as percepções normalmente atribuídas aos arquitetos. A concepção de espaços a partir de outras cosmogonias, abundantes na cultura popular brasileira, mas distantes do pensamento científico das universidades, passava a fazer parte do processo de projeto e execução da Coroa de Iemanjá.

Em 2022, quando o grupo de extensão organizou a primeira oficina de projeto colaborativo em desenho biomimético com bambu, já tinha clara a ideia de que este gazebo não poderia seguir uma tradição racional de desenho, por isso o esforço de buscar inspiração na natureza. Ele deveria ser encantado, como na natureza são as folhas, os animais e as inúmeras soluções sustentáveis existentes na relação entre tudo que é vivo. Havia a necessidade do gazebo ser também encantado. Desde o início, o processo foi atravessado por outros modos de ver e sentir o mundo por meio desse encantamento, aquilo que Simas atribui à capacidade de perceber e cultivar o sagrado nas pequenas práticas do cotidiano. O encantamento surge como um gesto de resistência frente à lógica do desempenho, pois se ancora na construção de sensibilidade, ancestralidade e relação profunda com o território.

A experiência de construção da Coroa de Iemanjá joga luz ao processo de projeto e execução em arquitetura e parece ter sido significativa para ampliar perspectivas na construção ecológica. Além dos aspectos ligados à extração, tratamento, transporte, economia circular, poluição e resíduos, pode-se considerar a transformação de quem participa, da nossa relação de habitar com o bioma e da própria ideia de projeto. Uma mudança existencial, uma perspectiva relacional de projeto e um tratamento natural contra pragas foram disparados pelo processo coletivo e ritualístico empreendido neste trabalho, ampliando a perspectiva ocidental do ofício do arquiteto e a conectando com aspectos ancestrais do construir. Afinal, a região portuária do Rio de Janeiro, desde 1831, é também chamada de “Pequena África”, e outras cosmogonias podem ser validadas nas universidades brasileiras ao considerar que estamos em um território indígena no qual a maior parte da população é negra.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A contrapelo da construção hegemônica, a Coroa de Iemanjá insere-se no campo ampliado da arquitetura enquanto prática coletiva, territorial e sensível, em diálogo com teorias contemporâneas sobre projeto participativo, processos artesanais, construção com materiais naturais e práticas ancestrais, sensíveis aos debates contra coloniais como os afro-indígenas. Esse projeto opera na confluência entre saber técnico e escuta do território, entre gesto arquitetônico, práticas ancestrais de construção e abertura do campo para outras sensibilidades. A ecologia associada a ele é ampla e talvez a sua singularidade recaia na percepção afetiva que o processo de projeto e execução da obra estabelecem com as outras formas de vida que coabitam conosco. Como disse Guattari (1990), são três ecologias que precisam andar juntas: a subjetiva, a social e a ambiental.

Segundo Guizzo (2019), reativar territórios por meio do projeto é colocar o corpo e o afeto no centro das práticas arquitetônicas, compreendendo o espaço como um campo de relações que se atualiza através do fazer coletivo. O projeto participativo, neste sentido, deixa de ser apenas um método de envolvimento social e passa a ser um processo relacional, em que a escuta, o tempo, a presença e a transformação de si são elementos fundamentais para que o espaço seja a expressão de um território. Trata-se de uma mudança de paradigma no qual se projeta *com* e não *para* o outro, o que implica uma metamorfose de si ou das práticas e modos de pensar o ofício do arquiteto e do urbanista.

Em outra direção, Ortiz (2018) defende o valor do processo artesanal como método projetual, especialmente em contextos de arquitetura latino-americana situada. Destaca que a construção artesanal permite o surgimento de formas que escapam às lógicas normativas, abrindo margem para a experimentação, a improvisação e a incorporação de saberes locais. Assim como no projeto da Coroa de Iemanjá, o canteiro torna-se espaço pedagógico e político.

Do ponto de vista construtivo, a escolha do bambu como material principal articula preocupações ambientais e culturais. Trata-se de um recurso de alta performance, de rápido crescimento e baixo impacto ambiental. Ghavami (1992) e Hidalgo (1974) defendem o bambu como alternativa viável para a engenharia e a arquitetura sustentável, destacando sua resistência mecânica, leveza e versatilidade. O uso do bambu, sobretudo quando combinado a técnicas de tratamento natural como a imersão em água salgada, reafirma o compromisso com práticas construtivas ecológicas e acessíveis.

A fundamentação teórica também considera cosmovisões indígenas e afro-brasileiras, nas quais corpo, território e espiritualidade são inseparáveis. Hélio Oiticica, Lygia Clark, a Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades, a cultura popular brasileira, dentre outras práticas artísticas, mostram a potência do corpo e da ação performativa como ato ritual e político, capaz de construir coletivos, promover mundos não ocidentais e ampliar a sensibilidade daqueles que participam. Essas inspirações possibilitam a experimentação ritual de construir com bambu a Coroa de Iemanjá.

3. MÉTODOS

3.1 O INÍCIO DA COROA DE IEMANJÁ

A concepção do projeto teve início em janeiro de 2023, durante uma oficina imersiva de arquitetura biomimética com bambu, conduzida pela arquiteta convidada Helena Ruette. A mimese, neste contexto, não foi entendida como reprodução literal da natureza, mas como fonte de inspiração, possibilidade de encantamento (SIMAS, 2020) ao proporcionar concepções de projeto que fujam aos métodos racionais, amplamente difundidos em nossas universidades. A aposta foi na abertura sensível ao mundo natural quando nos dispomos a escutá-lo.

Durante a oficina, os participantes trabalharam diretamente com ripas de bambu, manipulando o próprio material da futura construção, o que já imprimiu desde o início uma dimensão tátil e artesanal ao processo projetual. Esse contato direto revelou comportamentos construtivos que só o bambu permite, e as formas que emergiram desse exercício foram, em grande parte, arcos, elipses e geometrias orgânicas, gerando diferentes modelos físicos, a partir da experimentação de suas curvas naturais, flexibilidade e limitações.

Inicialmente, cada participante desenvolveu um modelo individual, explorando o potencial do material de forma intuitiva e investigativa. Em seguida, foram formados grupos que consolidaram ideias comuns e aprofundaram os estudos formais e estruturais. Entre esses modelos, foi escolhido o da estudante Beatriz Santos, desenvolvido junto a seu grupo, como a proposta que viria a se tornar a Coroa de Iemanjá. A escolha foi feita pelas integrantes da Companhia de Mystérios, que acompanharam o processo de apresentação dos modelos preliminares. Esse momento de decisão foi também um ato de acolhimento simbólico do território sobre a arquitetura proposta, selando a continuidade do gesto de escuta e reciprocidade que norteou todo o projeto.



Figura 1: oficina imersiva de arquitetura biomimética com bambu ministrada pela arquiteta convidada Helena Ruette.
Fonte: arquivo de mídias do projeto de extensão (2023).

3.2 O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto foi conduzido pelo grupo Floresta Gamboa/Bambu, subgrupo dentro da extensão Floresta Cidade, que contou com a participação de diversos estudantes de arquitetura orientados pela arquiteta, recém formada, Natasha Vianna. A equipe dedicou-se à produção de cortes, plantas, vistas e detalhamentos estruturais. A proposta foi pensada para se integrar de maneira respeitosa

à laje já existente na Casa de Mystérios, levando em conta as condições físicas do local e o uso cotidiano do espaço. Isso exigiu estudos de fixação, escoamento de água, incidência solar e ventilação, além da adaptação do sistema construtivo do bambu às particularidades da estrutura proposta.

Além dos desenhos, foi feita uma maquete física, utilizada como ferramenta de teste formal e de comunicação do projeto junto aos parceiros da Companhia de Mystérios. A maquete ajudou a antecipar desafios de montagem e a explorar alternativas construtivas viáveis com base no comportamento do bambu. Também foi elaborado um romaneio detalhado, organizando os tipos, dimensões e funções das ripas de bambu, bem como a sequência de cortes e tratamentos. Este cuidado na fase técnica foi fundamental para a eficiência da obra e para a autonomia dos participantes durante as oficinas de construção, permitindo que o canteiro funcionasse como um espaço de aprendizado, cooperação e experimentação com segurança e clareza.



Figura 2: maquete do projeto no local de implantação e recebimento dos bambus.
Fonte: elaborado pela equipe do projeto de extensão (2024).

3.3 A ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

O protagonista do projeto foi o bambu mossô (Phyllostachys pubescens), uma escolha projetual orientada por critérios de sustentabilidade, resistência e disponibilidade. Uma primeira aproximação do material se deu através de uma vivência na Ebiobambu (Escola de Bioarquitetura e Centro de Pesquisa e Tecnologia Experimental em Bambu), localizada em Visconde de Mauá. Nesse espaço, os integrantes puderam experimentar o contato direto com o bambu em seu estado natural, compreender suas propriedades estruturais e aprender técnicas tradicionais de corte, abertura e encaixe. A experiência foi fundamental não apenas para desenvolver habilidades práticas, mas também para perceber o potencial do bambu como um material vivo, que exige escuta, cuidado e tempo de preparo.

O bambu é um material de rápido crescimento, baixo impacto ambiental e excelente desempenho estrutural, características que o tornam uma alternativa viável e coerente com a proposta da Coroa de Iemanjá. No entanto, sua obtenção envolveu inúmeros desafios, sendo o principal deles a falta de recursos financeiros. Os bambus foram comprados de um fornecedor no interior de São Paulo, aproveitando uma compra que o instituto faria. Os custos de transporte de São Paulo para Visconde de Mauá e, depois, para o Rio de Janeiro são ações que aumentam a pegada de carbono da obra, mas não encontramos alternativa melhor, visto que todos os custos de compra e transporte foram arcados com o caixa do próprio Floresta Cidade. Este foi angariado com prêmios, trabalhos e rifas, sem a ajuda de financiamento.

Na Gamboa, os bambus foram recebidos e armazenados no Armazém Cultural das Artes, outro parceiro do Floresta Cidade na região portuária do Rio de Janeiro. O espaço foi disponibilizado para abrigar a matéria-prima e servir como ponto de trabalho. Nesse local, os colmos passaram por um processo de limpeza, triagem e abertura em ripas, utilizando uma faca estrela de quatro pontas. As ripas resultantes foram organizadas, catalogadas e preparadas para o tratamento natural por

imersão. Essa etapa artesanal foi fundamental para adaptar a matéria ao projeto, respeitando sua natureza.

3.4 TRATAMENTO NATURAL DOS BAMBUS

A escolha pelo tratamento natural do bambu foi uma decisão central no projeto. Em vez de recorrer a métodos industrializados ou químicos, optou-se pela submersão das ripas nas águas salgadas da Baía de Guanabara, técnica tradicional que retira o amido da matéria e a torna mais resistente ao ataque de insetos xilófagos. Essa decisão não se deu apenas por critérios ambientais ou econômicos, mas também para afirmar um modo de construir que respeita os ritmos da natureza, conhece os saberes ancestrais presentes no território e retoma o ritual ao construir, possibilitando um modo encantado de pensar o processo de construção.

Foi nesse contexto que se estabeleceu uma parceria com o Quilombo do Feital, comunidade tradicional com forte relação com as águas e os ciclos naturais, localizada em Magé, no Rio de Janeiro. O diálogo com o quilombo não apenas viabilizou a imersão dos bambus, como ampliou o escopo do projeto, incorporando dimensões de escuta e troca entre coletivos urbanos e comunidades rurais. No entanto, até chegar a essa solução, o grupo enfrentou uma série de entraves logísticos e institucionais. Diversas possibilidades de locais para a submersão foram estudadas e articuladas; inclusive, uma parceria com o Museu do Amanhã chegou a ser encaminhada, mas o acesso à Baía foi vetado pela Marinha, o que impossibilitou a realização da imersão em pontos centrais da cidade. Chegou-se a desenvolver uma estrutura específica de piscicultura para submersão dos bambus, a qual não foi utilizada diante das limitações impostas. Esse percurso revelou mais do que obstáculos práticos, tornando-se experiência crítica de reflexão sobre a cidade e seus acessos, especialmente sobre quem pode, de fato, acessar a Baía de Guanabara, corpo d'água central à geografia e à história do Rio de Janeiro, mas que permanece restrito.

O cortejo de entrega dos bambus até a Baía de Guanabara foi uma das etapas mais simbólicas do processo da Coroa de Iemanjá. Vestidos de branco, estudantes, artistas e integrantes da Companhia de Mystérios caminharam em cortejo com bandeiras da paz, estandartes, cantos e tambores, em um gesto ritual que transformou o deslocamento dos materiais em ato de consagração e diálogo com a água. A Baía de Guanabara foi saudada como entidade viva e convocada a participar do processo, não apenas como meio de tratamento do bambu, mas como força ancestral e transformadora. Os bambus deixaram de ser apenas insumos e tornaram-se oferendas, ativando uma dimensão simbólica do construir. O cortejo resgatou práticas que compreendem o território como corpo vivo e a matéria como energia em movimento, revelando uma outra lógica de projeto, na qual o tempo do rito e o gesto coletivo são tão importantes quanto o resultado. Nesse dia, o Floresta Cidade organizou uma vivência no Quilombo com transporte e almoço inclusos, e contou com a participação de 28 pessoas. Assim, de maneira ritualística, a cultura dos cortejos, vinda da Gamboa, foi levada, junto com as ripas, para o fundo da Baía, representando, com um fio condutor vivo, a magia de todo esse processo.

Além disso, o cortejo foi vivenciado como rito de passagem da matéria: um percurso onde os bambus, ainda em estado bruto, eram entregues às águas como oferenda. O gesto reverenciava Iemanjá, orixá das águas salgadas, e reconhecia o tempo do material como parte do tempo da construção. A fixação das ripas no fundo da Guanabara, pensada em conjunto com o Quilombo do Feital, foi inspirada na armadilha de pesca "Curral", uma tecnologia de origem tupinambá ainda presente nos fundos da Guanabara. Então, sob os cuidados do quilombo e da baía, as ripas ficaram submersas por quarenta dias. Ao serem resgatadas, já transformadas pela água e pelo sal, voltaram à Gamboa cheias de marcas da baía, agregando ainda mais sentido, afeto e ancestralidade ao projeto.



Figura 3: cortejo e imersão dos bambus na Baía de Guanabara.
Fonte: arquivo de mídias do projeto de extensão (2025).

3.5 OFICINAS DE CONSTRUÇÃO

A fase final da construção da Coroa de Iemanjá foi organizada em duas oficinas práticas, realizadas em fins de semana distintos. As oficinas foram uma grande expressão da força e do caráter coletivo do projeto, além de terem sido essenciais para o financiamento da construção. Assim como nas vivências anteriores, nesta etapa houve grande organização, que envolveu alimentação, materiais, possíveis parceiros e divulgação intensa. Com a escassez de recursos enfrentada durante todo o processo, a promoção dessa prática foi fundamental para a materialização do projeto.

Para a execução da construção, contamos com o engenheiro Leandro Borges, que realizou o cálculo da fundação em concreto armado. Durante as oficinas, os parceiros Alma Bambu – equipe de projeto especializada no material – e o mestre de obras Lemuel contribuíram com conhecimento técnico e sensibilidade ao projeto e às suas limitações financeiras.

A primeira etapa ocorreu em março de 2025 e focou na preparação dos arcos e na concretagem da fundação. Um dia antes da oficina, os bambus foram recebidos na Companhia, marcados fisicamente pelo mar e exalando o cheiro da Baía de Guanabara. Durante esses dias, realizou-se um novo ciclo de limpeza e lixamento das ripas de bambu, além da reorganização e classificação dos materiais por eixo e tamanho, conforme o romaneio do projeto. Com os materiais prontos, iniciou-se a montagem dos três arcos principais por meio de um gabarito fixado diretamente no chão com vergalhões; cada um é composto por doze ripas de bambu mossô unidas por cintas-poste. Também foi executada a fundação, com a concretagem dos pontos de apoio sobre a laje pré-existente na Casa de Mystérios.

A segunda etapa ocorreu em maio de 2025, quando foi possível finalizar a estrutura e montar a trama entrecruzada de ripas de bambu. Essa malha, que forma a cobertura da Coroa, exigiu ritmo coletivo, pois seu entrelaçamento respeitou uma geometria formada por eixos longos em sentidos distintos. Nesse segundo momento, foram realizados ajustes projetuais diretamente no canteiro, como a mudança de sentido de um dos eixos da trama para melhor desempenho estrutural, e a realização de uma conexão com a fundação própria pela falta de recursos para comprar a luva metálica idealizada, o que reduziu o custo dessa etapa em sete vezes. A montagem da trama envolveu concentração, cooperação e escuta entre os participantes, consolidando o gesto de aprendizagem prática. Ao fim do processo, a Coroa erguia-se não apenas como abrigo funcional, mas como símbolo vivo de um percurso formativo, comunitário, artesanal e ritualístico, tecido a muitas mãos e em parceria com uma rede de atores, com especial destaque para a Baía de Guanabara.



Figura 4 : oficinas para execução da Coroa de Iemanjá - processos e inovações
Fonte: arquivo de mídias do projeto de extensão (2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção da Coroa de Iemanjá resultou em uma estrutura leve e resistente, que cumpre sua função prática de proteger os equipamentos cênicos da Companhia de Mystérios. No entanto, os resultados mais significativos do projeto extrapolam a dimensão funcional e dizem respeito à experiência formativa, ambiental, sensível, comunitária, espiritual e política vivenciada ao longo do processo, o que é essencial em tempos de crise climática.

Os participantes aprenderam a manusear o bambu desde o corte, tratamento e abertura das ripas até a montagem final da estrutura. Isso amplia o repertório construtivo dos estudantes e colabora para a difusão de uma arquitetura ecológica atenta aos ciclos dos materiais, seus impactos de extração, emissão de carbono e produção de resíduos. A decisão por utilizar bambu tratado de forma natural, por imersão nas águas da Baía de Guanabara, exigiu uma compreensão aprofundada do comportamento do material, e ofereceu uma oportunidade de questionar a lógica convencional de fazer arquitetura, permitindo a vivência de processos mais sensíveis de construção. As parcerias com a Grande Companhia Brasileira de Mystérios e Novidades e com o Quilombo do Feital foram fundamentais nesse sentido, conectando o projeto urbano a práticas ancestrais e territoriais.

Outro resultado importante foi a consolidação do canteiro experimental no território parceiro. Com propósito real na construção, as oficinas práticas tornaram-se instrumentos de aprendizado horizontal e de construção de vínculos, ao mesmo tempo que resolviam uma demanda da Companhia de Mystérios. A montagem dos arcos e da trama de bambu não apenas ativou conhecimentos técnicos, mas também fortaleceu o senso de pertencimento entre os participantes, revelando o valor do fazer coletivo.

Por fim, o processo reafirma a importância da extensão universitária como prática crítica, não apenas como ponte entre teoria e prática, mas como espaço de invenção coletiva, onde a universidade se torna permeável ao território e às suas multiplicidades. Essa abertura permite que lógicas pouco convencionais de concepção e construção sejam incorporadas aos processos acadêmicos, ampliando e tensionando a perspectiva ocidental dominante nas universidades brasileiras. Esse gesto ficou simbolicamente marcado no dia da inauguração da Coroa de Iemanjá, quando a própria Iemanjá, representada em perna-de-pau, foi coroada com a estrutura recém-erguida — ato que sintetizou o encanto de todo o processo, reafirmando a potência da arquitetura quando atravessada por dimensões coletivas, artísticas e ritualísticas.



Figura 5: Coroa de Iemanjá finalizada, em sua inauguração.

Fonte: arquivo de mídias do projeto de extensão

5. CONCLUSÕES

A Coroa de Iemanjá representa a concretização de uma arquitetura viva, que se faz em diálogo com o território, com os saberes ancestrais e com as diversas vidas de um bioma, como bem nos ensinam os povos afro-indígenas no Brasil. O projeto demonstra que a extensão universitária, quando guiada por princípios de escuta, presença e colaboração, pode ser muito mais do que uma ponte entre teoria e prática: pode ser um instrumento de transformação coletiva.

Entre os principais aprendizados, destaca-se a potência das metodologias participativas, a eficácia das estratégias autônomas de financiamento e mobilização. A experiência também evidenciou que o tempo da construção coletiva é outro: o tempo do cuidado, da negociação e da escuta mútua com o território.

Como limitações, vale mencionar a instabilidade financeira e a sobrecarga de trabalho, com acúmulo frequente de funções de organização, formação, produção e execução. Para pesquisas e práticas futuras, recomenda-se o fortalecimento de políticas de fomento a projetos de extensão territorializados e o aprofundamento de estudos sobre o papel da arquitetura como ferramenta de conexão entre universidade e comunidade.

As oficinas práticas, realizadas em dois fins de semana, foram momentos fundamentais de construção pedagógica e política, ativando o canteiro como espaço de aprendizado e partilha. Cada etapa, da preparação dos materiais à montagem da trama, foi atravessada por um ritmo coletivo que reafirma a dimensão artesanal e ritualística do fazer arquitetônico. A Coroa de Iemanjá, nesse sentido, é também um dispositivo de reencantamento do cotidiano, como propõe Lina Bo Bardi (1994), no qual o tempo do fazer e o processo de projetar e construir são tão importantes quanto o objeto final.

A Coroa de Iemanjá permanece não apenas como uma estrutura de bambu, mas como testemunho material de um processo coletivo, de um diálogo com outros seres e espécies, como a Baía de Guanabara, que plantou sementes para novos modos de habitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura: o Design no Impasse.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

BENITES, Sandra. Kunhã py'a guasu. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 15, p. 92-104, dez. 2021.

BENYUS, Janine M. **Biomimética: Inovação Inspirada pela Natureza**. São Paulo: Cultrix, 2003.

FRAMPTON, K. Regionalismo crítico: arquitetura moderna e identidade cultural. In: FRAMPTON, K. **História e Crítica da Arquitetura Moderna**. 2008. p. 381-397.

GHAVAMI, K. Bambu… Um material Alternativo na Engenharia. In: **Engenharia**, n. 492, p. 23-27, 1992.

GLEISER, Marcelo. **O despertar do universo consciente: um manifesto para o futuro da humanidade.** São Paulo: Record, 2023.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papirus, 1990.

GUIZZO, Iazana. **Reativar Territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo.** Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019.

HIDALGO, L. O. **Bambu, su cultivo y aplicaciones en: fabricacion de papel, construccion, arquitectura, ingenieria, artesania**. Estudios Técnicos Colombianos, Cali - Colombia, 1974.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEGEN, Johan van. **Manual do arquiteto descalço.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Romano Guerra, 2012.

ORTIZ, José Luis Uribe. Márgenes de acción: el proceso artesanal como método de proyecto en la arquitectura contemporánea de Paraguay. In: N18 **Arquitecturas al margen**, p. 16-27.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; RIBEIRO, Luiz Rufino. **Encantamento: sobre política de vida.** Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**. São Paulo: Ubu, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Corpo Terra. Como amansar Gaia? In: OLIVEIRA, Maria Inês; CARDOSO, Tadeu; RIOS, Luciana (org.). **Seres-rios: São Francisco, Jequitinhonha, Doce.** São Paulo: Instituto Marista de Solidariedade, 2022. p. 308-327.